**PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI N. 32 -- BDMG
URBANIZA**

Relatório

De autoria do Poder Executivo Municipal, o Projeto de Lei encaminhado por meio de Mensagem a esta Casa Legislativa em 23 de dezembro de 2015, autoriza o Município de Guanhães a contratar operações de crédito com outorga de garantia ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG, até o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Cabe, inicialmente, à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final analisar a matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade e os pressupostos regimentais.

Por outro lado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas cabe apreciar a proposição quanto aos aspectos da execução financeira, orçamentária, contábil e patrimonial..

É o relatório, em síntese.

Fundamentação

Cuida-se de matéria de iniciativa privada do Prefeito Municipal, por se tratar de operação de crédito, nos termos do artigo 97, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal.

Quanto à tramitação formal e regimental, sobreleva notar que o quorum exigido para aprovação dessa matéria é de dois terços da totalidade dos membros da Câmara Municipal, conforme regra estabelecida no artigo 77, inciso I, f, da Lei Orgânica Municipal.

O projeto de lei em tela tem caráter autorizativo, precedendo a operação de crédito a ser celebrada com o BDMG visando financiar obras de infraestrutura urbana no Município no denominado programa BDMG Urbaniza.

Sabe-se que em relação ao município as cotas-partes do ICMS e do FPM são consideradas transferências, daí porque não há vinculação direta de imposto a órgão, fundo ou despesa, inexistindo a vedação do artigo 167, IV, CF ou do artigo 170, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, porquanto essas cotas partes são dadas em garantia ao BDMG pela

operação de crédito que resultará no montante de R\$ 800 mil reais para que o Município execute diversas obras de infraestrutura urbana..

O artigo 1º, do projeto de lei remete ao cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal-LC 101\2000, sendo certo que a operação de crédito deverá ser consignada como receita no Orçamento ou crédito adicional, nos termos do inciso II, § 1º do artigo 31 da Lei Complementar n. 101\2000, conforme consta do artigo 5º do projeto.

Por sua vez, os artigos 6º e 7º do projeto dispõem que o Orçamento deverá conter dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos ao contrato de financiamento com o BDMG, além de autorizar ainda a abertura de créditos especiais para a execução das obrigações decorrentes da operação de crédito.

Oportuno salientar que, na condição de órgão de controle externo dos atos do Executivo e da fiscalização financeira e orçamentária, a Câmara Municipal de Guanhães deverá acompanhar a execução do Orçamento para 2016, nos termos do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, sobretudo quanto à inclusão das receitas decorrentes das operações de crédito, bem como do nível de endividamento do Município..

Deve ser exigida ainda a inclusão do investimento no Plano Plurianual , nos termos do artigo 170, § 1º, da Lei Orgânica Municipal

Por outro, havendo operações de crédito que excedam o montante de despesas de capital, o projeto de lei em tela prevê expressamente a abertura de créditos especiais, o que atende ao disposto no inciso III do artigo 170 , da Lei Orgânica.

Deve ser considerado que o programa BDMG Urbaniza tem encaminhado a todos os municípios cadastrados a minuta de projeto de lei autorizativo idêntico.

Por oportuno, entendemos que deve ser incluída no projeto de lei a Emenda n. 01, aditiva, para que o contrato com a operação de crédito seja encaminhado ao Poder Legislativo Municipal, para ciência, no prazo máximo de 30 dias após sua celebração.

A Emenda n. 02, ora proposta, visa corrigir técnica legislativa, criando o artigo 9º de modo a separar a cláusula de revogação do texto do artigo 8º, que deve se limitar à vigência

CONCLUSÃO

Diante do exposto, estas Comissões, em reunião conjunta, concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei que autoriza contratar operações de crédito com o BDMG, bem como opinam pela sua aprovação nesta Casa., com as Emendas ns. 1 e 2 a seguir redigidas:

EMENDA N. 1

Acrescente-se ao projeto o artigo adiante redigido, que passa a ser o artigo 8º, renumerando-se os demais:

“Artigo 8º - Os contratos de operações de crédito firmados com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG , na forma desta lei, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo Municipal, para ciência, no prazo máximo de 30(trinta) dias após sua assinatura”.

EMENDA N. 2

Dê-se ao artigo 8º , que passa a ser o artigo 9º com a redação abaixo e acrescente-se ao projeto de lei o artigo 10 com a redação a seguir:

“Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

É o parecer.

Belo Horizonte p/Guanhães , 29 de dezembro de 2015.

Dr. Mauro Bomfim
Consultor em Direito Municipal
Assessor Jurídico
OAB/MG n. 43.712